

Possibilidades para a extensão universitária a partir de uma política de lazer, nas faculdades de educação física

Leisure politics: university extension possibilities in faculties of physical education

José Luis de Paiva
Nelson Carvalho Marcellino

Resumo

PAIVA, J.L., MARCELLINO, N.C. Possibilidades para a extensão universitária a partir de uma política de lazer, nas faculdades de educação física. **R. bras. Ci e Mov.** 2004; 12(1): 85-90.

Fruto de revisão bibliográfica e reflexão, o artigo analisa a extensão universitária desde o surgimento histórico, no Brasil, abordando o seu caráter “extensionista”, e procurando superá-lo, pelo entendimento das possibilidades abertas por uma política cultural, vinculada ao ensino e à pesquisa, a partir das atividades de lazer, nas faculdades de educação física. Entende como uma das características principais da Extensão a viabilização de um canal de relacionamento entre universidade e grupos sociais diversos, e por isso, a partir do momento que se configura com uma intervenção social, pode também ser entendida como uma política cultural ou mesmo como parte desta. Analisa os equívocos presentes no entendimento da questão da Extensão, desvinculada do Ensino e da pesquisa, como mera prestação de serviços. Paralelamente, analisa o conceito de cultura e seus usos equivocados, bem como as consequências, em termos de fixação de políticas culturais. Finalmente, relaciona cultura, lazer e educação física, com as ações da Extensão Universitária, colocando a Universidade como um local privilegiado para a formulação das políticas culturais, não buscando suprimir os espaços do poder executivo, mas sim como uma forma de cumprir seu papel de análise dos diversos contextos, construindo a partir e em conjunto com o público alvo novos conhecimentos e propostas que possam compor as políticas no campo do lazer, visto ser este um de seus objetos de estudo. Conclui que as faculdades de Educação Física são um importante local para o desenvolvimento de ações de extensão no campo do lazer, o que pode proporcionar que, com o desenrolar destes projetos, haja uma maior reflexão por parte destas faculdades em relação à área do lazer, campo fértil para redimensionar os conhecimentos sobre o tema, através da execução de novas pesquisas, ou pela resignificação do próprio ensino de graduação.

PALAVRAS CHAVE: Extensão Universitária, Cultura, Lazer e Educação Física.

Abstract

PAIVA, J.L., MARCELLINO, N.C. Leisure politics: university extension possibilities in faculties of physical education. **R. bras. Ci e Mov.** 2004; 12(1): 85-90.

Result of a bibliographic research and reflection, this paper analyzes university extension from the historical emergence in Brazil. In approaching its “extensionista” character, trying to re-signify it through open possibilities of cultural politics linked to teaching and researching from leisure activities inside of faculties of physical education. Here, university extension is understood as a relationship between university and communities, and when this relation configures as a social intervention, the extension can be, also, understood as culture politics or part of this. In this paper is argued university extension and culture concepts, as well as their inappropriate comprehension. Finally, this paper related culture, leisure and physical education with university extension actions. At this point of view, university is a special *locus* to develop culture politics and analyze social reality, not trying, nevertheless, to substitute the government tasks. And, faculties of physical education are an important place to develop university extension action in the leisure field, and from this could produce new researches or teaching that could be re-signify their own concepts of physical education and leisure.

KEYWORDS: University Extension, Culture, Leisure and Physical Education.

¹ Docente da UCDB - Universidade Católica Dom Bosco (Campo Grande – MS) e Membro do GPL - Grupo de Pesquisas em Lazer- lulimalungo@hotmail.com

² Docente da UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba, Líder do GPL - Grupo de Pesquisas em Lazer, e Pesquisador do CNPq – marcelin@supernet.com.br

Recebido: 25/03/2003
Aceite: 14/06/2003

1. Sobre extensão

As primeiras iniciativas de extensão universitária em nosso país datam de 1910, com a criação da Universidade Livre de São Paulo. Suas atividades eram baseadas no oferecimento de “lições públicas” (cursos de extensão) abertas para quem quisesse participar. Uma outra experiência extensionista teve lugar em nosso país a partir do ano de 1926, com a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, fortemente influenciada pelo padrão extensionista norte-americano, que era baseado principalmente pela prestação de serviços no meio rural (14). Essas iniciativas, a de São Paulo baseada no oferecimento de cursos à população, e a de Viçosa centrada na prestação de serviços, influenciaram o caráter que a extensão tomou na Reforma Universitária de 1968, momento em que se tornou obrigatória nas universidades brasileiras.

Podemos verificar isso através da análise da Lei Federal nº 5540, de 1968, que instituiu essa Reforma, e traz em um de seus artigos a seguinte consideração sobre o tema:

“Artigo 20: As universidades e os estabelecimentos de ensino superior **estenderão à comunidade**, sob a forma de **cursos e serviços especiais**, as atividades de ensino e os resultados das pesquisas que lhes são inerentes” (grifo nosso) (3).

Paulo Freire considera o termo “extensão” carregado por significações como: transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação, entre outros. E, buscando uma contraposição a ele, prefere utilizar-se da palavra comunicação, alegando que é na sua prática que universidade e grupos sociais envolvidos poderão dialogar na busca de soluções para seus problemas. Porém, caso o extensionista, no curso de suas tarefas, baseie-as no entendimento presente no termo extensão (transmissão, entrega,...), dificilmente reconhecerá que o outro sujeito envolvido na ação possa ser também tão agente no processo de transformação do meio quanto ele próprio, pois ao se classificar mais sábio que os demais, sendo o dono exclusivo de conhecimentos a serem estendidos, esse extensionista estará “[...] absolutizando a ignorância dos outros, [que] na melhor das hipóteses relativizam sua própria ignorância” (11).

Essas considerações nos ajudam a perceber os equívocos que o termo extensão carrega, mas sendo que seu uso no seio da universidade é institucionalmente obrigatório, sua alteração neste artigo não é possível. Porém, devemos nos manter sensibilizados e atentos à sua significação, base para um trabalho crítico na área.

O movimento de implementação da extensão tem, como uma de suas justificativas, a diminuição da distância e do isolamento da universidade em relação ao conjunto da população, a partir do reconhecimento de que tanto o ensino como a pesquisa, não davam conta de, por si só, justificarem plenamente a importância social da academia, isso principalmente por não atenderem diretamente a um número significativo de pessoas, evidenciando assim o caráter elitista e excludente desta. Porém, a denúncia desse pretensão isolamento, devido ao fato de que a universidade não atende em seu interior a grandes parcelas da população, busca desviar a atenção de um outro problema, mais grave que o primeiro, que é o direcionamento do foco das ações universitárias, seja no ensino ou na pesquisa, para determinadas parcelas da sociedade, que historicamente

foram as que majoritariamente pertenceram e pertencem a seus bancos (10).

Já Garcia, sobre essa questão, coloca que a extensão funciona como “[...] uma espécie de contra-discurso para encobrir o não envolvimento da universidade com as transformações mais profundas no seu esquema básico de relacionamento com a sociedade [...]”, ou seja, ao invés de denunciar uma universidade alienada da realidade em que se insere, a extensão encobrirá essa situação (13).

Complementando essa análise, Sousa coloca-nos que a extensão traz em seu bojo valores comprometidos com a situação em que se insere, marcando-se “[...] pela desvinculação das necessidades objetivas das classes subalternas e pela permanente vinculação com os interesses das classes dominantes [...]” (22) e, como nos mostra Garcia, funcionando de álibi para a manutenção do *status quo* universitário.

Dessa forma, ao invés de diminuir a distância existente entre o que se produz no interior da academia e a população de uma forma geral, ou ainda, ao invés de proporcionar que o que se produz em seu interior seja balizado na realidade dessa população e a ela retorne, a extensão contribui justamente com o contrário, ecoando a estrutura social que gera tal distanciamento.

Sobre esse ponto específico, Botomé coloca que:

“[...] a substituição do ensino alienado e alienante e da pesquisa pouco útil ou, ainda, o pouco acesso ao conhecimento criaram duas tendências nas instituições universitárias, substituindo possíveis esforços para aprimorar o ensino e a pesquisa: a prestação de serviços e a oferta de conhecimentos” (2).

Defende com isso que, ao invés da implementação da extensão no sistema universitário, era necessário que ensino e pesquisa tivessem sido redimensionados, pois caso esses serviços fossem desenvolvidos de forma comprometida com a realidade social na qual a universidade está inserida, a própria extensão não se faria necessária.

Ao olhar como deveria ser encarada a extensão no quadro universitário do país, Saviani propõe uma visão não-extensionista em que as práticas de extensão deveriam ter como pano de fundo a responsabilidade da universidade para com as classes de poder aquisitivo mais baixo, justamente por serem essas que, apesar de contribuírem efetivamente para a manutenção do sistema, através de um sistema de impostos marcadamente regressivo, têm pouco acesso direto a ela, seja via vestibular ou pela apropriação dos conhecimentos produzidos pela universidade. Como fator essencial para essa aproximação, defende que a extensão seja como uma via de mão dupla entre universidade e comunidade. Esta via proporcionaria uma troca entre conhecimentos produzidos pela população de uma forma geral, porém não sistematizados, e os produzidos no seio da universidade que, através dessa aproximação, poderia desenvolver uma maior coerência com a realidade que a cerca (21).

Isso poderia contribuir para minimizar uma grave situação destacada por Botomé, acerca dos problemas da universidade:

“Se a origem da pesquisa não tem relação com os problemas com os quais os componentes da sociedade se defrontam, dificilmente seus resultados dirão respeito a esses problemas e, nesse sentido, a origem determina as possibilidades de utilização do conhecimento produzido” (2).

Um enfoque bastante comum sobre o papel da extensão, verificado em freqüentes discursos universitários, é o que lhe empresta uma importância desproporcional e não integrada ao ensino e a pesquisa. Este enfoque contradiz a Constituição de 1988 que em seu artigo 207, registra que o “[...] princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão [...]” deve reger as universidades brasileiras (4).

Acreditar que seja possível dar conta de modificar ou de justificar socialmente a universidade através da mudança isolada das políticas de extensão é um equívoco, pois além de todos os ditames já colocados – políticas educacionais e de financiamento – internamente os atores que contribuem para a manutenção dos rumos da universidade são os mesmos que definirão em grande parte as políticas de extensão, circunstância que tende a traçá-la de tal forma que ali seja o espaço do continuísmo e não da mudança.

Mesmo que sejam realizados projetos ou que haja políticas de extensão não assistencialistas ou como coloca Saviani, “não extensionistas”, (21) estes pouco adiantarão para mudanças do quadro universitário como um todo, o que de modo algum pode significar um convite ao imobilismo, mas sim um estímulo para que aqueles setores da universidade e da sociedade de uma forma geral engajados em propostas transformadoras, atuem vislumbrando o todo em que se inserem, buscando entender a rede de poder que sustenta a estrutura universitária e buscando agir para modificá-la.

Quando se parte dessa visão equivocada de que a extensão possa ser a redentora da universidade, outro risco se apresenta, pois, ao se acreditar que a extensão detenha esse poder, é necessário intensificar a realização de ações extensionistas. Assim, é de se esperar que muitas vezes poderão ser consideradas sob a rubrica da extensão as mais diversas iniciativas, mesmo que algumas dessas ações estimuladas levem ao agravamento da situação inicial analisada – o pretenso distanciamento entre universidade e sociedade – criando-se espaço para, entre outras distorções, cobrar-se financeiramente por ações que já deveriam estar no escopo de ação da universidade, mais especificamente a universidade pública, emprestando a esta um caráter privado e, não muito raro, como fonte de remunerações extras, eticamente questionáveis, aos docentes envolvidos nestes projetos.

Assim impõe-se nessa discussão a necessidade de se estabelecer alguns parâmetros que possam orientar um avanço para além do conceito assistencialista e compensatório presentes na criação da extensão, a fim de que se possa pensar-lhe um outro estatuto, que não somente o de ser uma discutível válvula de escape da pressão por uma universidade mais democrática, e caminhar no sentido de transformá-la, num instrumento que possa redirecionar tanto o ensino quanto a pesquisa para questões até agora distantes de ser objetos de atenção da universidade, ou como nos coloca Saviani

“[...] transformar os objetos de suas pesquisas em algo realmente relevante para a sociedade. E é também este contato que vai permitir que se elabore o saber que já está presente na comunidade, que já está presente nas massas, de tal modo que ela seja uma força viva que contribua para a elevação geral do nível de vida desta sociedade” (21).

A extensão deve ser uma das partes de uma política universitária mais ampla, que abarcará também em seu interior outros diversos segmentos. Assim, como parte

dessa política geral, deveremos ter articuladas questões como o ensino, a pesquisa, o financiamento, os recursos humanos, entre outros.

A ação de extensão tem como uma de suas características principais a viabilização de um canal de relacionamento entre universidade e grupos sociais diversos, e por isso, a partir do momento que se configura com uma intervenção social, pode também ser entendida como uma política cultural ou mesmo como parte desta.

2. Sobre cultura:

As noções impróprias de cultura levantadas por DEMO, ou seja, as considerações que o autor julga inadequadas são: cultura como “manifestação elitista”, cultura como “manifestação supérflua” e cultura como “manifestação apenas artística” (8).

Por manifestação elitista, Demo considera a redução da cultura a apenas aquela produzida pelas elites, sendo pois, privilégio de seus membros. A afirmação de que o *povo não tem cultura* é calcada nessa determinação, que acredita que cultura seja simplesmente o cultivo do intelecto e da erudição. Também uma rápida análise etimológica sobre o termo *cultura* e o termo *erudição* pode ser uma útil ferramenta para entendermos o exposto por Demo. Desse modo, é interessante notar que o significado inicial de cultura vem do latim *colere*, que significa cultivar, e inicialmente ligado ao cultivo agrícola. Seu significado evoluiu, ainda junto aos pensadores da Roma Antiga, também para cultivo da alma, passando a significar refinamento e *erudição*, que, diga-se de passagem, origina-se também do latim, em que *rus ruris* significa campo, e *erudito* significa literalmente “aquele que saiu do estado rural, rústico, rude”. (23)

Demo, ainda na análise da cultura reduzida apenas à cultura da elite, afirma que essa

“[...] pode assumir a conotação própria de profunda alienação social, não somente no sentido de manter seus privilégios às custas da maioria popular, mas sobretudo no sentido de descaracterizar o desenvolvimento social, econômico e político de um povo, reeditando uma espécie de colonialismo cultural” (8).

Esta mesma afirmação também é válida quando passamos para a análise das universidades em nosso país, que muitas vezes confundem-se com um feudo para as classes sociais mais privilegiadas, baseando suas ações para esse segmento da população, distanciando-se de outros, que pouco acesso têm aos bancos universitários. Essa relação entre a universidade e as elites, atrelada à cultura como manifestação elitista, é em grande parte responsável pelo equívoco de se considerar a academia como a grande depositária da cultura, tendo inclusive ela, a partir dessa distorção, a necessidade de estender esses conhecimentos para a população em geral.

Ao tratar a “cultura como manifestação supérflua”, Demo a examina a partir do viés das políticas culturais, que, segundo ele, ficam submetidas ao ponto de vista da produção econômica e da geração de riqueza. Demo critica essa hierarquização por parte daqueles que determinam as diretrizes políticas em geral, colocando que “o desempenho econômico é instrumento do desenvolvimento, não a própria finalidade em si” (8). Essa frase, apesar de escrita há vinte anos, permanece atual em nossos dias,

especialmente se analisamos a necessidade premente de se superar o atual estágio de paralisia nas políticas sociais e de busca da estabilidade da moeda. Deve-se buscar um novo momento em que qualidade de vida, desenvolvimento social e humano andem juntos com um crescimento econômico sustentável.

Ainda analisando a cultura como manifestação supérflua, o autor faz a ressalva de que em estágios de pobreza absoluta tem-se que priorizar a melhoria das condições materiais, e, para ilustrar essa situação, Demo utiliza-se propositadamente de exemplos que reduzem a cultura justamente às manifestações produzidas pelas elites, realçando como aquela visão não pode ser a base de políticas culturais. Vejamos:

“Na verdade, entendida de modo tradicional, é algo supérfluo no quadro da pobreza. Despertar o gosto pela música clássica num contexto de miséria, pode parecer escárnio. Falar de bom uso do ócio a trabalhadores que vivem do mínimo, pode significar acinte. Cultivar o lazer num ambiente de desemprego, pode ser humor negro” (8).

São freqüentes os equívocos ao se buscar estabelecer uma ordem de prioridade entre as necessidades humanas, o que não pode ser feito a não ser em casos extremos, ainda mais em temas que não têm uma grande ressonância social, como é o caso específico das políticas culturais, nas quais também se incluem as de lazer.

Um exemplo disso no campo do lazer, é o estudo de Magnani (16), em que o autor, fazendo uso de métodos de coleta de dados tradicionais (questionários, por exemplo), detectou que a importância dada ao lazer por uma determinada parcela da população não aparecia entre as suas prioridades. Porém, quando este mesmo autor lançou mão de uma pesquisa participativa, verificou que a mesma comunidade demonstrava dar uma grande importância ao lazer, alcançando-o para uma de suas mais importantes demandas.

Demo desenvolve ainda mais uma noção imprópria de cultura, quando seu significado está vinculado unicamente à manifestação artística. A análise desse ponto será feita sob dois aspectos: o primeiro proposto pelo autor, em que ele analisa a relação entre arte, criatividade e política cultural, e o segundo a partir do equívoco que reduz o significado da cultura ao de “artes e espetáculos”.

A discussão proposta por Demo centra-se na necessidade de se estimular o traço criativo de nossa cultura, porém não reduzindo-a apenas ao campo das artes que, segundo o autor, são o “saúdável grito de alerta e procura imorredoura de alternativas” frente a nossa sociedade cada vez mais fechada e sistêmica, mas considerar que a ação criativa está presente nas diversas manifestações humanas. O estímulo à arte, tão necessário em nossos dias, deve vir acompanhado de uma visão crítica sobre os perigos que podem estar vinculados a essa ação, como por exemplo o de se favorecer posturas elitistas, que pressupõem a preservação de privilégios de classe (8).

Esta redução do significado de cultura, restrito a manifestações artísticas, pode ser observado fartamente no nosso cotidiano, desde as agendas culturais das televisões, rádios e jornais, que se reproduzem na fala diária das pessoas, até às universidades, em que esse discurso é amplamente reproduzido, excetuando-se em alguns casos aqueles pesquisadores que tomam a cultura como seu objeto de estudo, direta ou indiretamente.

Na área do lazer, essa visão está arraigada em diversas obras correntes nas bibliotecas especializadas, o que contribui para o estabelecimento equivocado de políticas tanto públicas como privadas, muitas delas separando em campos estanques os trabalhos ditos culturais (artes, exposições, literatura, teatro e cinema) de um lado, e de outro os trabalhos de lazer, que por sua vez também ficam restritos a *jogos e brincadeiras*.

Considerando-se política cultural, devemos lembrar que o termo política pressupõe, conforme citado por BOBBIO uma série de elementos que são forjados a fim de alcançar-se determinado objetivo (1), porém devemos considerar nesta problemática o “efeito pendular” (12) que distingue dois momentos: um marcado pela “intenção original e básica de disciplinar mentes”, reproduzindo as estruturas sociais, e um outro, capaz de “dinamizar os potenciais emancipatórios implícitos na realidade social”, portanto transformador. Esse conjunto de elementos mencionado por BOBBIO, mesmo que integrados e orientados para alcançar determinado fim, não raro alcança outros objetivos, muitos não pensados na ação original ou mesmo contrários a essa mesma ação.

Assim, como a cultura pode ser vista enquanto processo e enquanto produto da ação humana em busca de significados, duas perspectivas também emergem quando do estudo das políticas culturais: a participação e a difusão cultural. Faço esse paralelo por considerar que existe uma identificação entre cultura percebida enquanto processo dinâmico de produção e as políticas culturais realizadas a partir do viés da participação, visto que ambas aproximam-se pela valorização do papel criador da ação humana. Da mesma forma, outra aproximação possível seria considerar que a cultura, enquanto produto dessa ação humana, será veiculada a partir das políticas de difusão. Para que riqueza da cultura seja percebida é fundamental a não desvinculação entre processo e produto, sob o risco de perderem-se as referências históricas dessa dinâmica, dando assim margem às ações nem sempre benéficas da indústria cultural. Assim, também o trabalho estanque com políticas de difusão ou participação cultural provocará seus equívocos.

Políticas de difusão cultural podem ser entendidas como sendo aquelas marcadas por programas que privilegiam a veiculação para o público em geral de valores e produtos culturais, o que no campo do lazer recebe a denominação de *pacotes de atividades*, muitas vezes desconectados da realidade a que se remetem. Esta perspectiva de trabalho, que numa análise superficial pode ser taxada como prejudicial e invasiva, propicia um maior conhecimento de aspectos da cultura muitas vezes ignorados pela população alvo, independentemente de sua classe social, que passa a ter acesso a produtos da atividade humana até então desconhecidos, o que pode significar o primeiro passo para um futuro interesse em seu processo de produção (7).

Admitir a importância da difusão cultural não significa, de maneira alguma, que é preciso restringir-se a ela, pois simplesmente o desenvolvimento de políticas de difusão não garante a elevação do nível crítico da população, mas, para que isso aconteça, o desenvolvimento de políticas de participação cultural é essencial.

Se é importante ressaltar na análise da cultura sua compreensão enquanto produto da ação humana, que dá significado a essa ação, nada mais coerente que insistir na participação coletiva como um dos aspectos de uma política cultural a ser mais explorado, pois é através do conhecimento dos passos da construção dos diversos produtos culturais, com o conseqüente resgate dos valores a eles intrínsecos, que a sociedade criará as condições efetivas para afirmar sua existência, minimizando a devastadora ação da indústria cultural, situação que Macedo coloca da seguinte forma:

“Produção e consumo de cultura surgem dissociados, abrindo-se o campo da produção cultural ao controle de certos detentores dos” meios de produção da cultura “, para os quais surgem novas possibilidades de controle social e político sobre parcelas cada vez mais ampliadas da população à medida que essa própria indústria se expande” (15).

Construir a participação cultural significa desenvolver projetos culturais que tragam em sua essência os valores da democratização cultural (17), que busquem:

“[...] além de diversificar os conteúdos (...), minimizar as barreiras sociais; otimizar o uso de equipamentos específicos e não específicos (devidamente adaptados); elevar os níveis de desenvolvimento, tanto nos gêneros da prática, como da fruição e no do conhecimento, pois uma política cultural pode contribuir para o desenvolvimento de atitudes críticas e criativas com relação às esferas pessoal e social dos indivíduos, ou simplesmente, acentuar o conformismo, levando a processos de acomodação” (7).

3. Sobre lazer e educação física

A pluralidade de significados emprestados ao termo lazer pode ser em parte explicada pela sua recente incorporação ao vocabulário cotidiano, baseado não numa extensa produção científica, que somente agora se firma com mais intensidade, mas principalmente pelo desenvolvimento de políticas públicas voltadas para atender de modo eventual à massa da população, com características marcadamente carregadas de um caráter de dominação e de controle ideológico. Essa variedade de significações e o pouco aprofundamento sobre o tema contribuem para difundir entre a população em geral e também entre setores da própria universidade uma série de visões classificadas como “funcionalistas”, que tratam o lazer de forma ora “utilitarista”, ora “moralista” ou mesmo encarado de forma “compensatória” ou “romântica” (19).

Entender o lazer historicamente situado em nossa sociedade pressupõe que este deva ser visto como um componente de uma estrutura social mais ampla, sujeito à influência dessa e também como um possível agente de mudança, que através de sua prática cotidiana, poderá revelar e promover valores contra hegemônicos, base para a construção de uma nova sociedade. (19)

Qualquer manifestação de nossa cultura, quando vivenciada (praticada, fruída ou conhecida) no tempo disponível, ou seja, liberado das obrigações sociais (profissionais, familiares, religiosas,...), porém condicionada por uma série de ditames sócio-econômicos, pode ser considerada como lazer, desde que essa vivência seja balizada por algumas atitudes básicas, como a livre adesão e o caráter desinteressado envolvidos em seu desenvolvimento. Porém, para realização dessa vivência,

em qualquer um de seus gêneros (prática, assistência e conhecimento), devemos levar em conta uma série de barreiras sócio-econômicas que se manifestam de diversas formas, restringindo o acesso ao lazer para determinados grupos, enquanto outros são privilegiados.

Tendo como pano de fundo as condições econômicas, porém não se restringindo a elas, percebemos que as classes sociais mais favorecidas de uma forma geral apresentam condições melhores para vivenciar suas atividades de lazer, seja por muitas vezes poderem contar com um maior tempo disponível, ou mesmo por terem maiores chances de desfrutar de uma gama mais ampla de serviços. Isso não quer dizer de maneira alguma que haja uma relação direta de determinação entre classe social e possibilidade de vivência do lazer, pois em qualquer nível social, independente de poder econômico, é possível observar a ocorrência de sua manifestação. É preciso admitir porém, que em nossa sociedade altamente dominada pela indústria cultural e também marcadamente desigual em relação à educação, um dos importantes alicerces para o desenvolvimento de uma postura mais crítica em relação a essa indústria, há uma maior possibilidade de que pessoas pertencentes aos extratos mais elevados da população possam ter chances mais claras de poder usufruir seus momentos de lazer de forma mais crítica e criativa.

Há um “todo inibidor” inter classes e intra classes sociais para a prática do lazer (20), que nos deixa clara a necessidade de que envidemos esforços permanentes para implementar uma “educação para o lazer” (19), fundamento de uma política de participação cultural, que, vise a minimização dessas barreiras, através de uma vivência crítica e criativa de nosso tempo disponível, superando o atual patamar em que nos encontramos, que de uma forma geral é marcado por uma postura marcadamente conformista.

Uma forma mais pertinente de se educar para o lazer é o incentivo constante ao desenvolvimento de variadas manifestações culturais durante o tempo disponível, buscando-se com isso uma ampliação nas possibilidades de usufruir esse tempo, passo inicial para se qualificar a opção por essa ou aquela atividade, criando alternativas às receitas impostas pela indústria cultural ou mesmo pelos especialistas da área.

Em contraposição à ação dos especialistas destacamos o papel do animador sócio-cultural que, segundo Carvalho, deverá colaborar com o desenvolvimento de uma ação que permita ao indivíduo

“[...] assumir o seu próprio desenvolvimento, o que pressupõe uma profunda tomada de consciência, por parte do animador, do significado da cultura e das necessidades do cidadão e do grupo em que atua” (6).

Em relação a essas políticas e com o objetivo de orientar o estabelecimento de ações, temos como importante ferramenta a classificação proposta inicialmente por Dumazedier em que as atividades de lazer são divididas em cinco diferentes “conteúdos culturais”: os “físico-esportivos”, os “artísticos”, os “manuais” (ou “práticos”), os “intelectuais”, os “sociais” (9). Posteriormente esta classificação foi adendada por Camargo, que incluiu um sexto conteúdo, o “turístico” (5).

Podemos notar que é muito comum no estabelecimento de políticas para a área o incentivo a apenas um deles, quando não, a uma única atividade, o que pode ser explicado muitas vezes pelo preconceito por parte dos

formuladores dessas políticas, que acreditam que a população de uma forma geral só está preparada ou só se interessa pelos conteúdos físico-esportivos, os mais difundidos em nossa sociedade. Este equívoco pode ser largamente minimizado quando a população em questão é ouvida e sua realidade cultural levada em consideração, pois a realidade é obviamente muito mais ampla e rica do que pensam os especialistas em lazer citados no exemplo acima. O que muitas vezes acontece é que, sufocada por inúmeras políticas alheias à sua realidade e pela própria ação da indústria cultural, o próprio discurso da comunidade expressa esses valores mais restritos, não refletindo fielmente sua vivência cotidiana.

É necessário, assim, o trabalho com políticas integradas de difusão e participação cultural, que de um lado visem à participação efetiva da população na formulação de ações, resgatando sua cultura local, e por outro, à difusão de conteúdos culturais diversos, a fim de que esses possam ser conhecidos, elaborados e re-significados nas práticas da comunidade.

Nesse quadro é que a universidade aparece como um espaço privilegiado para a formulação das políticas culturais, não buscando suprimir os espaços do poder executivo, mas sim como uma forma de cumprir seu papel de análise dos diversos contextos, construindo a partir e em conjunto com o público alvo novos conhecimentos e propostas que possam compor as políticas no campo do lazer, visto ser este um de seus objetos de estudo.

As faculdades de Educação Física, em especial, têm um papel importante nesse contexto, visto que trabalham diretamente com um dos conteúdos culturais do lazer, os físico-esportivos e também têm em seus currículos, desde 1962, a disciplina de recreação. Infelizmente, mesmo sendo fortemente ligada ao lazer, nesta área o profissional de Educação Física exerce preponderantemente o papel de “tarefeiro”, pois a ênfase das disciplinas sobre o tema está na repetição acrítica de jogos e brincadeiras contidos nos manuais de atividades, sem o mínimo de contextualização necessária e, principalmente, sem um aprofundamento no vasto campo teórico do lazer (18).

Este tratamento dado às disciplinas ligadas à área do lazer, no interior das faculdades de Educação Física, em que se privilegia quase exclusivamente a vivência de atividades, pode ser parcialmente explicado como sendo a reprodução de uma realidade encontrada em grande parte da própria Educação Física, em que os seus conteúdos também são majoritariamente associados à realização prática de alguma modalidade de atividade corporal.

De qualquer forma, as faculdades de Educação Física são um importante local para o desenvolvimento de ações de extensão no campo do lazer, o que pode proporcionar que, com o desenrolar destes projetos, haja uma maior reflexão por parte destas faculdades em relação à área do lazer, campo fértil para redimensionar os conhecimentos sobre o tema, através da execução de novas pesquisas, ou pela resignificação do próprio ensino de graduação.

Concluimos então que a construção de uma política cultural que vise a democratização do lazer, embasada nos valores aqui expressos, pensada e implementada a partir de projetos de extensão universitária, focados em faculdades de Educação Física, têm extrema relevância tanto para se construir novas políticas na área, como para a própria rediscussão do lazer no interior dessas faculdades.

Referências Bibliográficas

1. BOBBIO, N. Dicionário de política. 4 a ed., Brasília, Ed. da Unb, 1992.
2. BOTOMÉ, S. P. Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária. Petrópolis, Editora Vozes, 1996.
3. BRASIL. Lei Federal n. 5540. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 29.nov.1968.
4. BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.
5. CAMARGO, L. O. de L. O que é Lazer. São Paulo, Brasiliense, 1986.
6. CARVALHO, A. M. Cultura física e desenvolvimento. Lisboa, Compendium, s.d.
7. CAVALLEIRO C. C. & SALGADO, M. Diadema: direitos que vamos construindo. In: MARCELLINO. N.C. (Org.) Políticas públicas setoriais de lazer. São Paulo, Autores Associados, 1996, p. 101-116.
8. DEMO, P. Dimensão cultural da política social. Recife. Editora Massangana, 1982.
9. DUMAZEDIER, J. Valores e conteúdos culturais do lazer. São Paulo, SESC, 1980.
10. FAGUNDES, J. Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas. Campinas, Editora da Unicamp, 1986.
11. FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 8 a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
12. FREITAG, B. Política educacional e indústria cultural. 2 a ed., São Paulo, Cortez, 1987.
13. GARCIA, W.E. Educação contemporânea: organização e funcionamento. São Paulo, Mc Graw, 1976.
14. GURGEL, R. M. Extensão universitária: comunicação ou domesticação? São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986.
15. MACEDO, C.C. Algumas observações sobre a cultura do povo. In: VALLE, E. & QUEIROZ, j.(Org.) A cultura do povo. 2 a ed., São Paulo, EDUC. 1982, p. 34-39.
16. MAGNANI, J.G.C. Festa no pedaço. São Paulo, Brasiliense, 1984.
17. MARCELLINO, N. C. Capacitação de animadores sócio-culturais. Campinas – UNICAMP – FEF - DEL, Brasília - MED, SEED, PFDC, 1984.
18. _____. A dicotomia teoria/prática na Educação Física. Motrivivência, 8 (7) 1995: 73-78.
19. _____. Lazer e educação. 9 a ed., Campinas, Papirus, 2002.
20. _____. Lazer e humanização, 6 a ed., Campinas, Papirus, 2002.
21. SAVIANI, D. Ensino público e algumas falas sobre universidade 2 a ed., São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1995.
22. SOUZA, A. L. L. A história da extensão universitária. Campinas, Alinea, 2000.
23. VANUCCI, A. Cultura brasileira, o que é, o que se faz. São Paulo, Edições Loyola, 1999.